

Sociedade e Estado fortes

Ninguém se iluda, a abertura democrática brasileira, por maiores que sejam os méritos internos da sociedade civil e de certos líderes do Estado, também parte de fora para dentro.

Um dos poucos bons brasilianistas dos Estados Unidos, Alfred Stepan, da Universidade de Yale, foi direto ao assunto em recente entrevista no Rio de Janeiro: "Somente três países podem quebrar o sistema financeiro mundial: Arábia Saudita, Estados Unidos e, provavelmente, o Brasil". "Não existe um grau de apoio, mas o fato de sessenta bilhões de dólares (de dívida externa brasileira). E, para manter este dinheiro, é preciso mais empréstimos — a previsão é de que a dívida brasileira atingirá 220 bilhões de dólares em 1990. Este ano, o Brasil vai receber aproximadamente vinte bilhões de dólares do mercado internacional, e só de dois a três bilhões serão de inversões diretas de corporações multinacionais. Quer dizer, o volume de empréstimos é muito alto".

Até ai os dados básicos quantitativos.

Donde a conclusão qualitativa: "Qual a melhor saída: a abertura, com mais participação e uma série de conflitos, ou um fracasso e uma possibilidade de polarização na sociedade civil?" "E mesmo no caso de grupos conservadores (de investidores estrangeiros), prevalece a necessidade de conservação de seus recursos e é mais seguro contar com uma abertura estável do que um fechamento que crie instabilidade e insegurança".

É claro que a classe média e a classe alta brasileiras não têm tradição democrática real, reduzida a um formalismo retórico desde as nossas origens autoritariamente cartoriais. Por consequência, o ideal para tais grupos internos seria a violência estatal, aplicada outrossa facilmente à maioria rural, hoje dificilmente à urbana. Mesmo assim, a burguesia patrimonial, menor ou maior, preferiria a repressão pura e simples, apesar dos seus setores esclarecidos, profissionais liberais e inclusive militares, há muito advertirem que não se pode apertar tanto a corda.

Os investidores estrangeiros, melhor assessorados, já tinham antes entendido a raiz do problema: o Brasil mudou e muito, desde 1964; sua industrialização urbanizou-o; não se deve mais contar com um tranquilo controle social esmagador de conflitos; estes precisam ver-se canalizados, em vez de negados. E sua melhor canalização é a institucional da democracia representativa.

Não foi por acaso que o hoje célebre Lula, o Metalúrgico, surgiu nas oficinas da Volkswagen e que atualmente a Fundação Ebert, do Partido Social Democrata Alemão, tanto atua no Brasil.

Agora vem um americano insistir didaticamente a que tenhamos consciência das nossas novas responsabilidades, que as chamadas elites locais vejam que existem

saidas razoáveis.

Com efeito, ninguém quer uma explosão social no Brasil, nem a União Soviética, já tão comprometida financeiramente em Cuba, Etiópia e Angola, além das suas também onerosas implicações financeiras. O Brasil precisa dar uma trégua à política mundial, em lugar de acrescentar-se como problema pior que todos os anteriores. E está nas mãos dos brasileiros chegarem a um bom termo.

Portanto, todos os prognósticos falam em favor da abertura. O que não significa necessariamente que ela vá dar certo. A imaturidade das classes dirigentes brasileiras pode, no fim, apresentar-se tão precária quanto a das argentinas e, então, estaremos perdidos, porque aqui os problema se apresentam muito maiores.

Não há alternativa: ou esta abertura dá certo, ou iremos para a polarização que ninguém de bom senso deseja, nem dentro nem fora do Brasil, apesar dos impulsos dos precipitados.

Não há mais isolamento da política brasileira, do mesmo modo que sua economia está interligada mundialmente. Não será tolerado um estouro econômico deste país, precedido pela advertência do colapso das suas instituições políticas pluralistas, mesmo a pretexto de superprotegê-las militarmente. O risco será demasiado grande e preferire-se o gradualismo.

Reconhece Stepan o mérito de Geisel/Golbery, sucedidos por Figueiredo, na percepção do problema. O país vem insistindo, com perseverança admirável, na continuidade do processo aberturista, de início chamado de distensão.

Quanto à sua forma final, se repetirá ou não o modelo liberal clássico com uma classe média forte e um Estado fraco, trata-se de conjectura apressada, inclusive pelo ilustre visitante norte-americano. Vamos por etapas. Nada de futurologia. Até 1973 também se subestimava a sociedade civil brasileira, hoje em crescente mobilização.

É certo, por outro lado, como o destaca Afonso Arinos de Mello Franco com sua enorme experiência, que, entre nós, o liberalismo não se faz contra o Estado e sim por dentro dele. Ai, sim, talvez inovemos.

Ninguém pretende sensatamente implodir o Estado, em nome de um ultraliberalismo à La Hayek, que, no final das contas, acabaria levando água para o moinho da ultra-esquerda tão combatida pelo seu recente suicídio.

As grandes democracias têm sociedades fortes e Estados fortes, porque ambos democráticos, no sentido de abertos e pluralistas. Trata-se de uma rematada ilusão imaginar que, nas matrizes, o Estado é impotente. Nada disso, muito pelo contrário.

E o que o Brasil vai fazer, ou já começou, é escolher seu caminho na mesma direção.